



Nem tudo é concreto: a etnobotânica nas hortas comunitárias do ABC Paulista.
Not everything is concrete: the ethnobotany in the ABC Paulista food gardens.

FURGERI, Julia Alice Vila¹; DIETRICH, Ana Maria².

¹ Mestranda em Ensino e História das Ciências e da Matemática na Universidade Federal do ABC, julia.furgeri@ufabc.edu.br; ² Professora Doutora da Universidade Federal do ABC, ana.dietrich@ufabc.edu.br.

Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias

Resumo: Agências Nacionais e Internacionais reconhecem a urgência das questões sociais e ecológicas atuais, em que o crescimento demográfico de uma população extremamente desigual concentra-se em centros urbanos, baseando-se em um sistema produtivo que acentua essa desigualdade enquanto destrói as bases materiais de sua reprodução. Neste cenário, a agroecologia urbana é prática promissora para a resiliência ecológica e a garantia de acesso a Direitos Humanos relacionados ao ambiente, à saúde, à segurança nutricional e à soberania alimentar nestes ambientes. Construir um inventário etnobotânico da agrobiodiversidade de hortas urbanas no ABC Paulista relacionando oralidade, ciência, saberes, sabores, imaginário, territorialidade e identidade expressos nestes espaços pode contribuir para identificar atores, desvendar a memória biocultural e etnociência envolvida e compreender as dinâmicas de transmissão deste conhecimento, incentivando a difusão das práticas neste território.

Palavras-chave: agrobiodiversidade; ecologia urbana; etnociências; direitos humanos.

Keywords: agrobiodiversity; urban ecology, ethnosciences, human rights.

Introdução

Se na Grécia Antiga a cidade era concebida como a solução para os problemas da existência, as cidades modernas representam para a humanidade a origem de seus maiores desafios econômicos, filosóficos, políticos e ambientais. O crescimento demográfico, a mecanização do trabalho no campo e a demanda por mão de obra na indústria fazem com que mais da metade da população mundial viva hoje em centros urbanos, com a projeção de que, até o ano de 2050, 70% das pessoas do mundo estejam vivendo nas cidades. No Brasil, os números são ainda mais expressivos: segundo o CENSO de 2010, 84% da população brasileira é urbana, com a expectativa de que esta parcela chegue a 90% nos próximos dez anos (ONU, 2014).

A separação filosófica e conceitual entre humanidade e os demais elementos naturais, evidenciada a partir da Revolução do Período Neolítico com a difusão da agricultura e da pecuária, acentuou-se e expressou-se na paisagem ao longo do tempo, resultando na divisão dos territórios em ambientes urbanos, rurais ou naturais. Ficaram restritas aos ambientes naturais as interações ecológicas entre os organismos em sua vasta diversidade, enquanto que os territórios urbanos e rurais



foram reservados aos seres humanos e às suas modificações e transformações do espaço e da paisagem, em que apenas uma seleta expressão da biodiversidade é permitida ou tolerada. Apesar desta aparente autonomia humana diante da natureza, toda a cadeia produtiva e o modo de vida atual não são menos dependentes dos processos naturais que nas sociedades do passado: a produção do ambiente rural é diretamente dependente de processos ecológicos da fertilidade do solo, do ciclo hidrológico, do clima, da polinização dos vegetais e do ataque às lavouras e rebanhos por organismos indesejados. Nas cidades, a sanidade da água, do ar e do solo e o clima, apesar da constante busca tecnológica por soluções, ainda encontra nos processos biogeoquímicos sua mais efetiva e barata solução. Os ambientes modificados pela atividade humana não deixam de representar ecossistemas, mesmo que notadamente em desequilíbrio.

O termo agricultura urbana, adotado pelas agências das Nações Unidas (FAO, ONU-Habitat, OMS e UNDP), refere-se à utilização de porções do território das cidades e de sua periferia para a produção agrícola e criação de animais em pequena escala para consumo familiar e comunitário. Se considerados os fatores ambientais e sanitários para a produção agrícola nos ambientes urbanos, tais como adotar medidas e cuidados para que a prática não atue como poluidora do ambiente ou tenha seus produtos contaminados pela poluição, tendo bases produtivas ecológicas, esta tende a fornecer soluções ambientais, econômicas, ecológicas e de saúde ao ambiente urbano (MACHADO, 2002).

Dentre as contribuições da utilização do espaço urbano para a produção agrícola comunitária destacam-se a visibilidade aos necessários serviços ambientais prestados pelas áreas verdes urbanas como a busca de soluções para as questões da permeabilidade do solo, da qualidade da água e da destinação adequada dos resíduos orgânicos, recicláveis ou contaminantes, a formação de microclimas saudáveis e a diminuição da demanda por combustíveis e fertilizantes de origem fóssil na produção e no transporte dos alimentos. Entre as contribuições sociais estão a convivência comunitária, a criação de mecanismos e instituições para a problematização das questões urbanas e a resolução de conflitos comuns, o alinhamento dos objetivos da comunidade, a democratização das decisões sobre planejamento e uso do espaço e sobre a divisão do trabalho e da produção, a qualidade de vida associada à convivência com elementos naturais e a geração de ocupação, emprego e renda (ROTISCHELLI, 2013).

A Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO-ONU) conceitua o direito à segurança alimentar como o direito ao acesso a alimentos que forneçam todos os nutrientes necessários para a manutenção da saúde e da qualidade de vida (CONTI, 2014). Outro conceito estabelecido, posteriormente, é o de soberania alimentar, que corresponde ao direito de acesso a alimentos, modos de produção e hábitos alimentares e culinários que respeitem os aspectos culturais do indivíduo e da comunidade (CHONCHOL, 2005). Na Agenda 2030, documento das Nações Unidas que estabelece as dezessete metas globais para alcançar o



Desenvolvimento Sustentável, o Objetivo nº 2 diz respeito à segurança e soberania alimentares, com destaque para a produção e a distribuição dos alimentos (ONU, 2015).

Os centros urbanos consomem alimentos frescos produzidos externamente, em outras regiões do Município, do Estado, do País ou mesmo em outros países. Este distanciamento da fonte torna quase impossível conhecer a origem e o modo de produção dos alimentos consumidos ou mesmo evitar o consumo de alimentos contaminados por agroquímicos. Segundo a FAO transporte de alimentos por longas distâncias, as más condições de armazenamento e distribuição e a perda de alimentos após a comercialização, no cotidiano das famílias, causam o desperdício de um em cada três vegetais colhidos, estando dentro desta cifra cerca de 50% das frutas, raízes, hortaliças e sementes oleaginosas. Além disso, o sistema de produção convencional, baseado na monocultura e nos combustíveis fósseis, com a distribuição por atravessadores, cria a necessidade de padronizar a oferta de alimentos, restringindo a diversidade de variedades. Esta restrição da biodiversidade alimentar causa a perda do conhecimento sobre os potenciais alimentos e a cultura alimentar em torno de seu cultivo e preparo, podendo influenciar no processo de extinção e de ingredientes e de abandono de tradições culinárias relacionados a diferentes povos, culturas e momentos históricos. A agricultura de base ecológica nos centros urbanos representa, portanto, uma alternativa em busca da resiliência ecológica dos centros urbanos, mas também como importante aliada na resiliência de saberes e culturas que confluem e amalgamam-se nestes ambientes.

A heterogeneidade do ABC Paulista se expressa, como é comum aos adensamentos urbanos, em sua pluralidade cultural. No entanto, as relações estabelecidas no espaço urbano são medidas pela lógica mercantil, o que limita o uso direto dos recursos naturais e a convivência que constrói o sentido de pertencimento ao local e à comunidade (ALMADA, 2010). O território do ABC Paulista é também bastante heterogêneo no que diz respeito ao uso e à ocupação do solo, mesclando regiões altamente industrializadas e urbanizadas, áreas destinadas à produção agrícola, áreas de amortização entre a Mata Atlântica e a ocupação humana e Reservas de Proteção Ambiental. Outro aspecto fundamental da importância ecológica da Região é o fato de grande parte de seu território encontrar-se em área de preservação e proteção de mananciais, constituindo a Área de Manutenção e Recuperação de Mananciais da Billings. Nessa perspectiva, o Plano Diretor dos Municípios da Região considera a importância das áreas verdes e o aproveitamento ecológico dos vazios urbanos, buscando estimular a implantação de espaços públicos de agricultura comunitária (MALVESE, 2014).

Metodologia

Foi realizado um levantamento prévio das hortas comunitárias agroecológicas da Região utilizando como base de dados os registros e relatos do arquivo do Projeto de



Extensão Memória dos Paladares da UFABC, criado em 2011. Em seus oito anos de atividades, o Projeto realizou diversas atividades comunitárias que tiveram como foco a investigação sobre agroecologia, etnoecologia e tradições orais relacionadas à memória e à identidade alimentar e culinária do ABC Paulista, sintetizadas no livro *Memória dos Paladares: entre sabores e saberes* (DIETRICH, 2017). Para aprofundar este levantamento, será desenvolvida uma pesquisa com base nas técnicas de documentação direta e registro digital das memórias culturais e afetivas acerca da agrobiodiversidade de hortas urbanas comunitárias e autônomas do ABC Paulista segundo os critérios da União das Hortas Comunitárias de São Paulo capital. Através da observação participante e de trabalho de campo, buscamos coletar dados que serão utilizados a partir de abordagem qualitativa em relatos em entrevistas semiestruturadas.

A metodologia a ser utilizada baseia-se nos pressupostos da Etnoecologia: a ciência do imaginário e dos saberes de determinada sociedade sobre seu ambiente. As cidades representam um vasto conjunto de processos etnoecológicos cuja compreensão e significação podem contribuir para a configuração de ambientes urbanos ecologicamente viáveis, economicamente sustentáveis e socialmente mais justos. Saberes ecológicos tradicionais seculares, herdados de diferentes etnias ameríndias e povos africanos, europeus e asiáticos, expressam-se nas formas de uso e ocupação, produção e reprodução do espaço urbano, em especial no que se refere à agricultura. Os estudos das relações e saberes etnoecológicos são recorrentes quando relacionados aos povos originários, tradicionais, e populações rurais, mas escasso no que se refere às relações entre os cidadãos, o imaginário e a materialidade urbana (ALMADA, 2010).

Resultados e Discussão

Em levantamento prévio foram identificadas três unidades produtivas do ABC Paulista que se encaixam nos critérios da União das Hortas Comunitárias de São Paulo, formada por quatorze hortas urbanas da Capital Paulista. Tais critérios consideram como unidade produtivas as hortas autônomas e de caráter comunitário, por seu posicionamento político, ecológico e pedagógico e sua autonomia nas decisões sobre a unidade, que se expressa na matriz agrícola cultivada (UHCS, 2019). A expectativa é de que tal grau de intencionalidade e autonomia esteja expresso na matriz agrícola cultivada, indicando as relações culturais e etnocientíficas envolvidas nesta escolha. No ABC foram identificadas a agrofloresta ecológica da Casa da Lagartixa Preta, em Santo André, a Horta do Beco e o Quintal Cidade de Paz em São Bernardo do Campo, podendo haver outras interessantes iniciativas ligadas a coletivos, Unidades de Saúde e Associações de Bairro. Tais hortas, além de produzirem uma grande diversidade de alimentos frescos que complementam nutricionalmente a dieta das famílias participantes, também se afirmam como espaços de convivência, de intercâmbio cultural e de atuação política e ecológica, como tem ocorrido nas hortas urbanas comunitárias da cidade de São Paulo (cuja região metropolitana incorpora a região do



ABC), onde, diversas iniciativas em agricultura urbana comunitária formaram-se ou consolidaram-se nos últimos dez anos.

A União de Hortas Comunitárias de São Paulo, que inspira o atual projeto no ABC, tem como objetivo promover trocas de experiências e insumos, fortalecendo a agricultura urbana paulistana em rede (UH CSP, 2018). Com a pesquisa de etnobotânica a ser realizada espera-se contribuir com tais objetivos a partir da construção de um inventário etnobotânico das hortas urbanas comunitárias do ABC Paulista. Este inventário irá colaborar para a compreensão das dinâmicas sociais, espaciais, biológicas e culturais nestes espaços produtivos, incentivar e subsidiar a implantação e a qualificação de outras hortas urbanas comunitárias no ABC. O material coletado em áudio e vídeo deverá servir para a edição de um documentário curta-metragem intitulado “ABC das Hortas” e as receitas e modos de preparo relacionados a esta agrobiodiversidade e às identidades culinárias a elas relacionadas, expressas por horticultoras e horticultores, deverão ser organizados em uma segunda publicação em parceria com o Projeto de Extensão Memória dos Paladares.

Referências bibliográficas

ALMADA, Emmanuel Duarte. **Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades**. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino, ALMEIDA; Alyson Luiz Santos, SILVA; Valdeline Atanazio (Orgs). Etnobiologia e etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina. Recife: Nupeea, 2010. P. 39 – 63. 382 p.

CHONCHOL, Jaques. **A soberania alimentar**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300003>. Acesso em: ago. 2018.

CONTI, Irio Luiz. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: ago. 2018.

DIETRICH, Ana Maria (org.). **Memória dos Paladares: entre sabores e saberes**. Santo André: UFABC, 2017.

MALVESI, Sandra Teixeira. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Vazios na Região do Grande ABC**. 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1766805#> Acesso em: mar. 2018.



ONU. **Perspectivas da Urbanização Mundial.** 2014. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>>. Acesso em mai. 2019.

ONU. **Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em nov. 2018.

ROTISCHELLI, Michele. **Entre a terra e o asfalto: a região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana.** 2013. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/fr.php>>. Acesso em: jun. 2016.

UHCSP, União das Hortas Comunitárias de São Paulo. **O que é a UHCSP?** 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/UniaodeHortasSP/about/>>. Acesso em: mai. 2019.